
A DIDÁCTICA ESPECÍFICA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA: DESAFIOS DO PROCESSO DE BOLONHA

Fernando Manuel da Silva Alexandre - fernando.alexandre@essje.pt ;

Didáctica, Formação, Educação Geográfica

Em Portugal e ao contrário do que acontece em muitos outros países, a geografia parece ser uma das disciplinas com lugar seguro no conjunto dos currículos oficiais: faz parte do núcleo duro da matriz curricular do 3.º ciclo do ensino básico e integra, no ensino secundário, o elenco das opções da componente de formação específica dos cursos de ciências socioeconómicas e de humanidades. No ensino superior, a procura dos cursos de licenciatura em geografia (nos seus vários ramos e/ou variantes) é também mais elevada do que a que se regista noutros domínios tradicionais das ciências sociais, facto que resulta certamente de uma avaliação muito positiva da relevância social da ciência e do seu potencial de empregabilidade.

Apesar deste contexto favorável, existem evidências de que a educação geográfica levada a cabo nas escolas portuguesas não assegura o desenvolvimento, pelos alunos, do conjunto das competências específicas que permitem demonstrar o valor educativo da disciplina e justificar o seu papel na formação de cidadãos activos e intervenientes. Embora seja possível abordar a origem deste problema sob diversas perspectivas, entende-se que ele decorre sobretudo da natureza das práticas de ensino e aprendizagem incrementadas pelos próprios professores. Práticas que, por serem a expressão do que cada professor é, são também a síntese do complexo sistema de influências que suportou a construção da sua identidade pessoal e profissional. Em todo este processo — que abarca uma história de vida onde se cruzam memórias, concepções e crenças, tanto como modelos e teorias mais ou menos fundamentados — a formação inicial desempenha um papel crucial. Assim, importaria que esta fosse encarada como um período de questionamento e de reflexão, elementos sem os quais dificilmente poderá cumprir com dois objectivos primordiais: 1) promover a alteração de modelos de ensino construídos a priori; 2) contribuir para a tomada de consciência acerca do sentido das práticas que resultam do incremento desses mesmos modelos.

As didácticas específicas deveriam constituir, durante o período da formação inicial, o terreno propício à criação das condições indutoras daquela mudança. Acontece, porém, que o paradigma de formação dominante na geografia — como em outras disciplinas — tende a adoptar uma concepção da didáctica que valoriza a aquisição de um reportório de técnicas de ensino, em detrimento do desenvolvimento da capacidade de reflectir sobre a natureza e o valor educativo do saber transmitido. A manutenção desta lógica de racionalidade técnica justifica porque é reduzido o impacto dos programas de formação sobre as concepções prévias dos professores que neles participam e escasso o seu contributo para uma efectiva

transformação das práticas. Neste quadro, propõe-se com esta comunicação proceder a uma reflexão estruturada em função das seguintes questões: 1) que elementos devem orientar a ruptura paradigmática nas didácticas inseridas em programas de formação?; 2) que didácticas privilegiar tendo em vista formar professores capazes de promover o exercício da cidadania?; 3) que papel desempenham os modelos pedagógicos no processo de adopção de um novo paradigma de formação?

Na sequência de reforma dos planos de estudos das licenciaturas de 1º Ciclo motivada pelo incremento do processo de Bolonha, complementada em 2007 com a alteração do regime jurídico da formação inicial de professores — agora equiparada a um mestrado de cariz profissionalizante — pode vir a concretizar-se, no longo prazo, a hipótese de uma eventual intersecção do espaço curricular da geografia e da história, ainda que somente ao nível da gestão dos recursos humanos, ou seja, como resultado de passarem a existir nos quadros das escolas professores habilitados para poder leccionar indistintamente uma ou outra das disciplinas, novos desafios se colocarão aos programas de formação inicial. Desde logo, o da necessidade de se produzir uma reflexão prévia acerca dos efeitos epistemológicos que decorrem daquela integração: a) porque o desenho das didácticas deverá responder às especificidades de uma entidade epistemologicamente nova — a história e geografia — provida de uma identidade e natureza diversas das que possuem as duas disciplinas quando encaradas individualmente; b) porque ela tornará inevitável a concepção e o debate de novos elencos de soluções pedagógicas; c) porque importará atender aos saberes experienciais e às epistemologias pessoais dos sujeitos em formação, no sentido de se compreender, a priori, o modo como concebem «o que é a Geografia?» e «o que é a História?». Sem este esclarecimento e mudança, o incremento do regime jurídico da formação inicial aprovado em 2007 pode dar origem a uma ruptura acompanhada da degradação da imagem social e do valor educativo de duas das disciplinas com maior tradição nos currícula do nosso país.

Em disciplinas que se movem em terrenos de afirmação epistemológica algo ambíguos e disputados, como é o caso da geografia, facilmente se percebe como uma concepção restrita da sua didáctica específica pode constituir um factor de justificação do reduzido impacto da formação inicial sobre a mudança das concepções prévias dos formandos. Uma didáctica de curto prazo fundada num paradigma de racionalidade técnica que não atende aos saberes experienciais e às epistemologias pessoais nas quais se alicerçam as acções dos sujeitos e, também por isso, pode ser responsável pela normalização das práticas e pelo fraco desenvolvimento das competências específicas que são a expressão do valor educativo e da importância social da geografia.